



RESEARCH ARTICLE

O INÍCIO DA POLÍTICA INDIGENISTA FEDERAL BRASILEIRA: UMA TENTATIVA DE PROTEÇÃO FRATERNA E REPUBLICANA (1892 A 1918)

*Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus São Paulo

ARTICLE INFO

Article History:

Received 19th April, 2024
Received in revised form
15th May, 2024
Accepted 20th June, 2024
Published online 29th July, 2024

Key words:

Primeira República, Cândido Rondon, Positivismo, Serviço de Proteção aos Índios.

*Corresponding author:

Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho

ABSTRACT

Esta pesquisa visa investigar os debates do ambiente político-ideológico e o contexto socioeconômico da virada dos séculos XIX e XX que influenciaram decisivamente na criação em 1910 do primeiro órgão federal republicano responsável oficialmente pelas populações indígenas espalhadas no território nacional, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (S.P.I.L.T.N), o qual foi posteriormente renomeado para Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) em 1918. Avançaremos na análise dos primeiros passos deste aparelho federal em sua trajetória de legitimar-se no contexto administrativo da então jovem república brasileira.

Copyright©2024, Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho. 2024. "O início da política indigenista federal brasileira: uma tentativa de proteção fraterna e republicana (1892 a 1918)". *International Journal of Current Research*, 16, (07), 29055-29066.

INTRODUCTION

Ainda no início do século XX vastas áreas do Centro-oeste e da Amazônia brasileira permaneciam verdadeiros "vazios" geográficos¹ para as autoridades brasileiras em razão da não existência de mapas mais precisos sobre estas regiões. Faltavam informações sobre seu potencial em termos de recursos naturais, além do desconhecimento sobre possíveis povos tradicionais habitantes nestas áreas muitas delas próximas as fronteiras com os demais países sul-americanos num ambiente geopolítico propício a disputas fronteiriças e conflitos internacionais. Sem contar em que se tratava de uma época da nossa história diplomática na qual os limites geográficos e a soberania nacional sobre o território brasileiro na América do Sul foram muitas vezes contestados tanto por estados nacionais vizinhos como também por algumas potências europeias.²

¹"A imagem do deserto é uma síntese do obstáculo a superar. É necessário o seu mapeamento para corretamente equacionar os problemas que se afiguravam graves para a constituição do Brasil como Império e, sobretudo, como Nação." – In: Ferreira, Dantas e Simonini. Cartografia do (De)Sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais*. Vol. XVI, núm. 418 (69), 1 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-69.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

²A título de exemplo vai a seguir algumas dessas objeções internacionais sobre a efetiva soberania brasileira naquilo que a República considerava seu território nacional: Questão da Zona de Palmas (ou das Missões) (1890-1895), Questão do Amapá (1894-1900), Questão da ilha da Trindade (1895-1896), Questão do Acre (1899-1903), Questão do

Foi no contexto político do final das duas primeiras décadas republicanas, quando o ímpeto positivista de uma suposta tutela intelectual sobre a nação já caíra em descrédito entre as principais classes dirigentes da República, principalmente após o fortalecimento da corrente republicana paulista do PRP³, que alguns debates e disputas ideológicas alcançaram certo peso e passaram a orientar a instalação de autarquias sob responsabilidade da União mas com atuação nos estados da federação, algo geralmente visto com alguma desconfiança pelas oligarquias regionais principalmente dos estados de maior peso político e econômico. Ainda assim nos primeiros governos republicanos a possibilidade de uma ditadura militar mais duradoura a fim de impulsionar o país rumo à modernidade das "nações civilizadas" teve diversos simpatizantes. Os positivistas mais ortodoxos⁴ viam com bons olhos uma postura mais tecnocrática e autoritária por parte do Estado desde que secundado pelos princípios "de uma teoria da sociedade brasileira como fundamento da ação política e social"⁵ e, concomitantemente, muitos

³Liberal, federalista e spenceriana, inspirada nas ideias de Alberto Sales - VITA, Luis W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

⁴Estes mais vinculados as teses da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, comandada por Miguel Lemos (entre 1881 e 1903) e Raimundo Teixeira Mendes (1903 a 1927).

⁵LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964. (p.417)

republicanos históricos que desejavam um regime mais centralista, apesar de insistirem numa maior participação popular baseados nas teses de Rousseau. Ordem e integração da nação como antídotos contra “selvageria” e o arcaísmo de um Brasil de origem colonial e escravocrata que pretendiam superar. Para isso os técnicos, os homens da ciência e moralmente superiores deveriam exercer uma tutela esclarecida sobre aqueles elementos considerados passíveis de adaptação e integração à civilização moderna que almejavam para o país. Essa meta civilizacional para as populações “incultas” fica bem evidente no relatório do ministro da Agricultura Rodolpho Miranda dirigido ao Presidente Nilo Peçanha logo após a aprovação de criação da nova agência governamental destinada a proteger a população indígena e congregar o trabalhador nacional disperso no campo:

Era justo que se procurasse reunir à população real do país essa grande massa anônima, que vai se degradando pela miséria [...] Um dos meios mais eficazes será atrair esses infelizes ao trabalho, dando-lhes esperança de se poderem constituir em pequenos proprietários, fornecendo-lhes abrigo, ensinando-lhes o manejo de máquinas agrícolas, provendo-lhes de recurso para a primeira instalação e de escola primária e aprendizado agrícola para seus filhos e, ainda assim, não teremos feito inovações em nosso regime de fixação do trabalhador, porque são esses favores que conferimos ao trabalhador estrangeiro.⁶

Outro fator a ser considerado é que na sequência de governos republicanos, fossem eles mais liberais ao estilo do PRP paulista ou mais centralizadores e pouco preocupados com a retórica liberal dos paulistas, havia certa ansiedade em apresentar para o público interno com peso político e para os estrangeiros dos países centrais provas de que o Brasil caminhava sem sombra de dúvidas na direção da “modernidade”, tendo como modelo as principais potências do mundo ocidental. Essa apreensão em buscar a aceitação no mundo das nações ditas modernas e civilizadas era justificada por argumentos que iam desde a necessidade de agradar os potenciais investidores capitalistas estrangeiros ou até uma autonegação por parte das nossas classes dirigentes das suas origens colonial, escravista e mestiça, sinais de que no seu entendimento os afastaria do consagrado modelo europeu de história, cultura e nacionalidade. Mas também havia a real ameaça do país ser denunciado por potências europeias numa época marcada pelo imperialismo destas, especialmente por causa de conflitos regionais e/ou problemas humanitários que os europeus avaliassem merecedores de uma “intervenção civilizadora” mais direta de sua parte⁷. Sobre essa última possibilidade, O Ministro da Agricultura Rodolpho Miranda, na exposição dos motivos da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e do seu regulamento (Decreto n. 8072, 20/06/1910), expressa sua preocupação com a “propaganda negativa” do país sobre o tema das populações indígenas nacionais:

Entre as Repúblicas deste continente, podem ser citadas pela proteção conferida aos índios, o Chile, que lhes deu em sua Constituição direitos e deveres iguais aos demais cidadãos e tem procurado localizá-los, e a República Argentina, cujo governo superintende nesse serviço, conquanto o confie, geralmente, à direção de congregações religiosas. Tais exemplos que se impõe à imitação do Brasil, que não pôde continuar a excluir de suas cogitações os aborígenes, deixando de pé a acusação que já se lhe fez no Congresso Internacional dos Americanistas de Viena, de permitir a escravização deles e até de acoroçar o seu extermínio.” (grifo meu)⁸

Por isso chama a nossa atenção que qualquer possibilidade factível de se concretizar essa modernidade idealizada pelos membros da elite que estivessem no comando da máquina estatal e, ao mesmo tempo, apresentasse ao mundo desenvolvido sua legitimidade e competência na condução dos negócios do país, sem sombra de dúvida essa oportunidade seria apoiada política e economicamente pelos eventuais detentores do poder político republicano, pelo menos enquanto fosse conveniente. É nesse ambiente cultural e ideológico entre as classes dirigentes republicanas, em especial na capital federal, que o projeto de uma autarquia como pensada por Cândido Rondon – pensada inicialmente com o nome de “Inspetoria Federal de Proteção Fraterna aos Indígenas do Brasil” – surge como uma grande oportunidade de mostrar ao público interno e externo interessado que aquelas populações habitantes das áreas remotas do interior e naturalmente incivilizados, por isso mesmo, poderiam ser integradas de forma útil para compor a sociedade nacional e sua república.

Justificativa: Infelizmente nesse início de século XXI, por incrível que pareça, nunca tantos interesses econômicos predatórios somados aos de grupos antidemocráticos e orientação neoliberal de ausência de políticas públicas consistentes, tornaram possível o desmonte e a demonização de toda política indigenista voltada para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas que vivem no território nacional, em especial na atual fronteira agrícola da Amazônia brasileira. Creio que a perspectiva histórica sobre as origens da institucionalização das nossas primeiras políticas oficiais indigenistas de Estado e dos que contribuíram direta e indiretamente para sua implementação logo nas primeiras décadas de funcionamento do nosso regime republicano, será útil para iniciarmos um debate sobre o atual papel e responsabilidade do Estado brasileiro, seus dirigentes e de sua sociedade civil sobre se, de fato, as garantias constitucionais dos seus povos tradicionais estão sendo minimamente respeitados, pois essa questão está conectada com muitas outras já que afetam a vida dos demais brasileiros que vivem nos ambientes mais urbanizados. Podemos enumerar alguns desses nexos tais como a preservação da biodiversidade e os conhecimentos das populações tradicionais a respeito da natureza dos biomas onde habitam, os quais estão ameaçados de desaparecerem pela exploração indiscriminada (tanto a sabedoria tradicional desses povos como o próprio meio ambiente onde estão inseridos).

⁶Relatório MAIC 1909-1910, Vol. I (pp. 58-59) – *Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960)*. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-282%2C->

⁷Sobre esse assunto: HOBBSAWM, E. A era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (especialmente o capítulo III)

⁸Relatório MAIC 1909-1910, Vol. II (p. 45) – *Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960)*. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-282%2C->

Também a questão fundiária que desde sempre nunca foi efetivamente resolvida no nosso país, gerando instabilidade político-social e violência no campo além de pressões ambientais decorrentes de interferências externas sobre terras indígenas demarcadas e as que aguardam essa legalização prevista em lei. Compreender como discurso cientificista e de modernização da sociedade nacional do início da República tornou possível a materialização de uma agência governamental federal que viesse a pôr em prática uma política indigenista oficial, mesmo num ambiente rural marcado pelo autoritarismo das oligarquias e de um Estado nacional ainda em formação, pode nos ajudar pensar criticamente o atual papel da União e de todos os entes federativos em consolidar de fato um Estado pluriétnico e democrático.

A investigação histórica do entorno político, social e econômico que marca a implantação em 1910 da *Sociedade Protetora dos Índios e busca dos Trabalhadores Nacionais* (S.P.I.L.T.N.), seu percurso inicial, sua evolução institucional e as suas dificuldades políticas, administrativas e econômicas nas suas primeiras décadas de existência, pode nos ajudar a compreender até onde foi a influência dos militares e civis que viam no positivismo um projeto de civilização para as populações indígenas e rurais espalhadas por todo sertão a ser descoberto pela ciência moderna, integrando-o à parte civilizada e moderna da nação. Enfim, ao identificar e comparar historicamente como se processou ou negligenciou-se a proteção dos povos e territórios indígenas, sua preservação ambiental e a sua cultura tradicional, nos ajudará refletir sobre o atual estado dessa defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas no nosso país. Consequentemente tudo isso está diretamente relacionado com os rumos futuros da república brasileira e se de fato caminhamos na direção de uma democracia inclusiva para os mais vulneráveis e historicamente excluídos ou persistiremos num regime político e organização social intoleráveis para a imensa maioria da sua população.

As “Comissões” militares e a gestação de uma “Inspetoria Federal de Proteção Fraterna aos Indígenas do Brasil”

Desde o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870), o regime imperial passou a preocupar-se mais intensamente com as regiões fronteiriças do Centro-Oeste e da Amazônia. No caso da Amazônia principalmente em razão das pressões relacionadas com a internacionalização da navegação do Rio Amazonas e seus principais afluentes e o início do “boom” da borracha. Segundo a pesquisadora Bertha Becker o controle efetivo sobre a região por parte do Estado nacional brasileiro se efetivou não por causa de alguma sistemática atividade econômica⁹ ou por intensa ocupação demográfica. Para ela “o controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos [...], pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.”¹⁰

⁹ Sobre a ocupação econômica da Amazônia naquele período histórico, Bertha K. Becker resume bem esse processo: “sua ocupação se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguindo-se longos períodos de estagnação.” BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 (p.24)

¹⁰ *Ibid.*, 2006, p.24.

Porém, poderíamos também incluir nesse processo as consequências da Guerra do Paraguai com a gradual importância estratégica das fronteiras mais distantes do centro-oeste e norte do país, os surtos econômicos da exploração da borracha na Amazônia e mesmo da erva-mate que se efetivava em regiões do Mato Grosso. Sobre essa atuação do governo central nas áreas geográficas mais distantes dos centros urbanos da época, o então tenente Cândido Mariano da Silva Rondon iniciou suas atividades como oficial do exército brasileiro servindo sob o comando do Major Gomes de Carneiro na Comissão de linhas telegráficas de Cuiabá a Araguaia no Mato Grosso. Ali Rondon aprendeu do seu comandante¹¹ os princípios pacifistas no trato com os grupos indígenas que porventura as equipes da Comissão se deparassem. A formação militar de Cândido Rondon, Gomes Carneiro e parte significativa daquela geração de oficiais do Exército durante a transição do regime imperial para o republicano¹², foi marcada pelo pensamento cientificista e sua corrente mais proselitista, o Positivismo. O próprio Rondon filiou-se à Igreja do Apostolado Positivista do Brasil em 1892, abandonando sua cadeira de professor substituto no lugar de Benjamin Constant – “positivista militar”¹³ mais pragmático – que o havia nomeado. Rondon, apesar de também um militar, teria isso feito em razão de suas crenças positivistas as quais o impediam de pertencer aos quadros de congregações oficiais de ensino.¹⁴ Tal decisão contribuiu sem sombra de dúvida para os rumos que sua carreira militar tomaria dali para frente, i.e., torná-lo um dos mais reconhecidos sertanistas da 1ª metade do século XX. A própria natureza das primeiras Comissões militares fazia jus a influência positivista que havia na formação de seus primeiros responsáveis. Além de executarem grande projetos de engenharia (estradas, postes e linhas telegráficas, bases, etc.), levavam farto equipamento científico para também efetuarem explorações geográficas, estudos cartográficos, expedições botânicas, geológicas e estudos etnográficos com o objetivo de conhecer o grau de desenvolvimento material dos grupos indígenas contactados nas regiões que realizavam os trabalhos das Comissões e, assim, preparar o ambiente para a assimilação –

¹¹ Militar e positivista, Antônio Ernesto Gomes Carneiro, desenvolveu em Rondon a convicção de que a estratégia da abordagem pacífica em relação as tribos hostis teria muito melhor resultado do que a imposição autoritária ou a violência pela força das armas de fogo. Ele via os povos indígenas como “nossos irmãos das selvas”. ROHTER, Larry. *Rondon, uma biografia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

¹² Escola Militar da Corte (1881-1889), Escola Militar da Capital Federal ((1889-1898) e Escola Militar do Brasil (1898-1905).

¹³ Usamos aqui a classificação dos principais grupos dentro do positivismo brasileiro proposta por Gustavo Biscaia de Lacerda: “Com base na prática política e social brasileira, é possível distinguir quatro tipos de perfis positivistas. Abordaremos nesse artigo somente o primeiro tipo. São eles: 1) os ortodoxos, vinculados a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, e dirigida por Miguel Lemos (1881-1903) e Raimundo Teixeira Mendes (1903-1927); 2) os “heterodoxos” (dos quais, talvez, o mais famoso tenha sido o paulista, Luís Pereira Barreto); 3) os positivistas “políticos” (como Demétrio Ribeiro, Lauro Sodré, os gaúchos liderados por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros ou os mineiros liderados por João Pinheiro) e, 4) os positivistas “militares” (como Benjamin Constant, Gomes de Castro, Cândido Rondon e vários outros). A classificação sugerida é apenas esquemática, pois existiam positivistas ortodoxos e militares; bem como ortodoxos políticos e heterodoxos militares e políticos.” In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 46, p. 120, jul./dez. 2015.

¹⁴ “É incontestável que se o Exército tem de ser mantido atualmente com a sua presente organização, o dever da ditadura republicana é prepará-lo *unicamente para preencher o seu destino*. O militar não é naturalmente destinado para administrador, lente, engenheiro, bacharel, etc.” *apud* Teixeira Mendes in: LINS, I. *Ibid.*, p.414.

“pacificação”¹⁵ – gradual desses indígenas. O regime republicano por meio das Comissões passou aos poucos a exercer uma ação de tutela sobre as comunidades indígenas e sertanejos não integrados naquilo que eles entendiam como comunidade nacional brasileira. Índios poderiam ser preparados para serem potenciais cidadãos que ajudariam na construção da nação e utilizáveis tanto na defesa das fronteiras como também no futuro desenvolvimento econômico – principalmente na atividade agropecuária – em suas remotas regiões. Vale lembrar que no início do século XX, conforme as frentes de expansão agrícola avançavam pelo interior do país, os conflitos de origem fundiária foram se multiplicando e aumentando em intensidade principalmente em regiões onde haviam sido instaladas colônias com imigrantes estrangeiros (sul do país) e em razão do surto da exportação da borracha (nordeste do Brasil). Tornaram-se comuns massacres, assassinatos e expulsão de grupos indígenas inteiros tanto das chamadas terras devolutas (sob responsabilidade dos governos estaduais desde a Constituição de 1891), como também nas terras onde localizavam-se antigos aldeamentos implementados por missionários da Igreja desde a época do Império, onde tradicionalmente algumas tribos já haviam sido total ou parcialmente aculturadas. Foi nesse conjunto de eventos que marcaram o trabalho estratégico das Comissões militares e a intensificação das novas frentes de expansão colonial e agrícola e extrativista, que se intensificaram os debates acerca do tipo de “ordenamento” que deveria ser levado para as regiões conflagradas pela disputa entre “civilizados” e “selvagens”. Ou seja, a questão indígena mais do que vinculada ao tema da falta de braços no campo passou a ser vista pelas elites republicanas como um problema fundiário, necessitando de medidas urgentes para a sua solução. Apesar dos aspectos humanitários de algumas teses dos militares positivistas os quais passaram a representar a República brasileira naquele ambiente rural conflagrado, o fato é que o lema positivista mais famoso entre nós adotado pelas elites republicanas sempre esteve em consonância com os seus interesses de classe no sentido de manutenção da hierarquia social e dos direitos de propriedade¹⁶.

¹⁵O debate sobre a temática racial na passagem dos séculos XIX para o XX, vai constituir parte do discurso leigo de muitos cientificistas ao contestarem as teses da Igreja católica, já que assim transformavam diferenças sociais e a desigualdade em uma questão biológica e natural. Desta forma buscava-se uma legitimação para os discursos dos defensores dos novos projetos políticos que advogavam caminhos mais eficazes para que uma nação latino-americana de população predominantemente mestiça, composta de afrodescendentes e indígenas, pudesse alcançar o nível civilizacional das democracias liberais “modernas”. SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

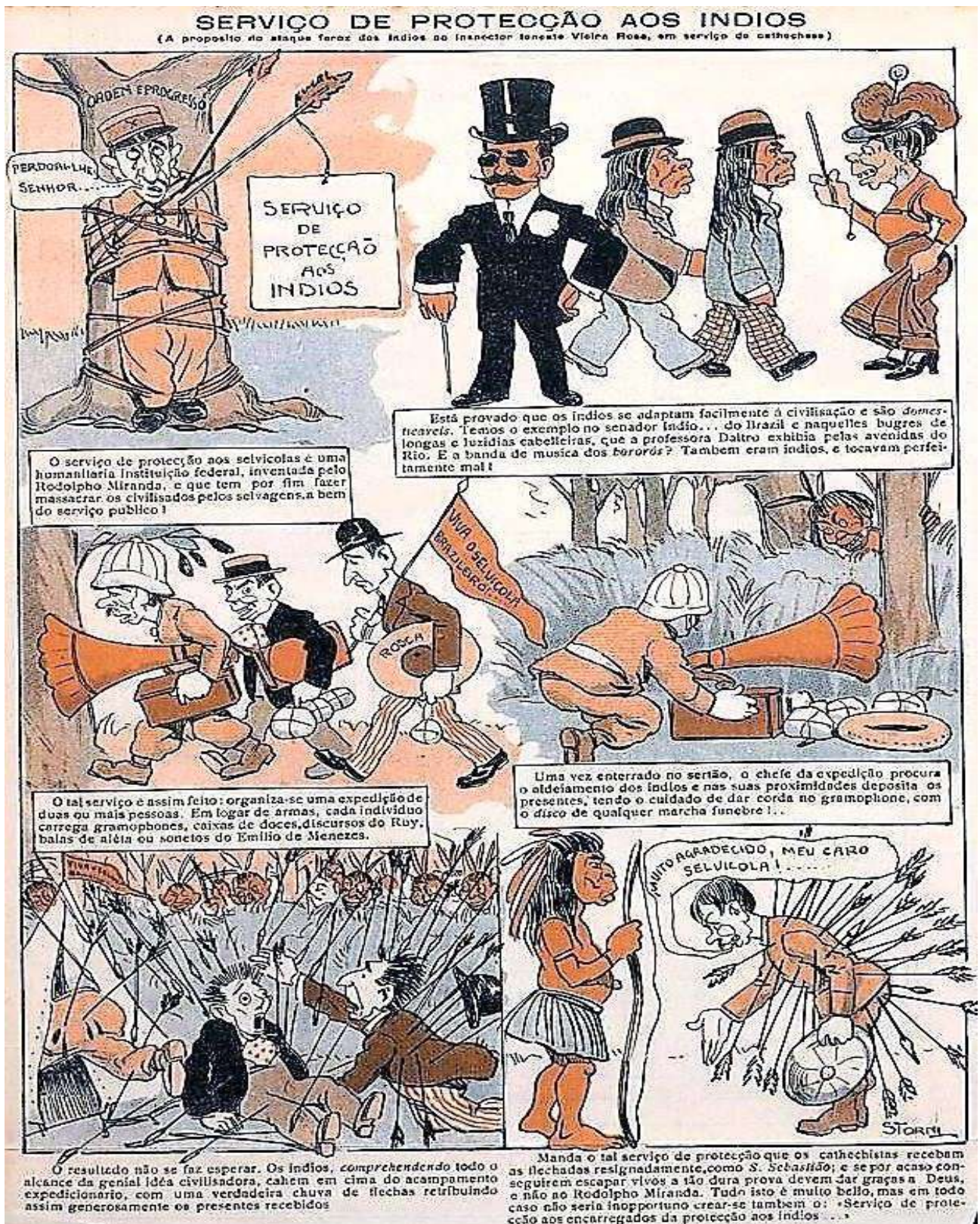
¹⁶ “A despeito de suas divergências, todavia, liberais e conservadores republicanos estavam de acordo num ponto: enquanto valor, a liberdade estava acima da igualdade, por conseguinte, o liberalismo, entendido agora no sentido amplo, era mais importante do que a democracia [...] um consenso atravessava o espectro político: aquele atinente à necessidade de se produzirem governos de excelência, qualidade elitista por excelência, que só poderia ser assegurada pela circunscrição da participação política relevante àqueles dotados de ilustração.” LYNCH, C.E.C. – O establishment republicano: notas sobre suas ideologias políticas in: CÔRTE, Andréa de T. *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Centro da Federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010 (p. 113)

Também o fascínio ou curiosidade pelas novidades tecnológicas, na sua maioria quase toda ela importada, significava na maioria das vezes uma valorização acrítica ou mesmo ostentatória. Não foi por acaso que a grande diferença cultural entre os membros da elite republicana e os habitantes do interior foi traduzida num profundo preconceito daqueles que achavam que dos indígenas ou dos caboclos do interior seria impossível vir qualquer conhecimento válido para contribuir na construção da nação brasileira moderna. Nesse ponto os positivistas militares liderados por Rondon adotaram um comportamento inovador para sua época, principalmente na ótica das elites letradas segundo os valores científicos europeus dominantes daquele período. Como afirmamos anteriormente, Rondon somando os princípios pacifistas no trato com os indígenas aprendidos com seu superior Gomes Carneiro durante a primeira Comissão da qual participou (1890-1891), trouxe uma perspectiva histórica para justificar sua conduta enquanto sertanista, pois até aquela data sempre os indígenas haviam sido prejudicados e sofrido sob o domínio de portugueses e, após a independência, dos brasileiros que disputavam recursos e terras onde os índios fossem um obstáculo aos seus objetivos econômicos.

“O real é que existem indígenas em estado de guerra e outros que conosco entrem aliança e amizade. A estes cumpre-nos tratar como amigos a quem devemos proteção, socorro e muita fraternidade; àqueles, preliminarmente, cumpre-nos levar a paz, com resignação e sofrimento da nossa parte, como expiação dos crimes e atentados que já sofreram de nossos antepassados, e que ainda sofrem dos nossos contemporâneos¹⁷.”

O trabalho nas Comissões militares sob a direção de Cândido Rondon de 1892 a 1910, havia sido coroado de sucesso com a instalação de milhares de quilômetros de linhas telegráficas e outras benfeitorias no interior nordeste do Brasil, estabelecendo contatos amistosos e impedindo inúmeros massacres entre as frentes de expansão pioneiras, nordestinos migrantes em busca de sobrevivência e indígenas locais. Seguindo sua máxima de “Morrer se preciso for, matar um índio, nunca.” – Rondon e seus auxiliares experimentaram muitas críticas ao trabalho das Comissões, vindas dos setores mais conservadores da oligarquia política, da própria imprensa e outros formadores de opinião na capital federal. As críticas e o descrédito inicial de uma agência federal que cuidaria das questões relativas aos indígenas brasileiros podem ser atribuídas em parte a uma elite culturalmente colonizada, mas também por muitos cientistas, estudiosos e líderes políticos brasileiros ansiosos em obter a aprovação das classes privilegiadas, mas todas elas devidamente europeizadas e duvidosas de que seria possível mentes nacionais resolverem problemas do seu próprio país a partir de sua experiência em campo e conhecimentos científicos próprios aqui desenvolvidos. Em 1907, Rondon e sua equipe já eram bastante conhecidos nos círculos mais influentes da Capital Federal devido aos êxitos conquistados nas missões de construção e manutenção das linhas telegráficas no Mato

¹⁷Relatório MAIC 1909-1910, Vol. II (p. 31) – *Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960)*. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4& m= 0&s=0 &cv=0&r=0&xywh=-282%2C- 100%2C2699 %2C 1904>> . Acesso em: 01/06/2020.



Fonte: Revista O Malho, Ano X, nº 0449, 1911

Figura nº 1: Sátira da Revista O Malho aos militares positivistas e outras autoridades apoiadoras dos métodos de aproximação e pacificação utilizados pelo Serviço de Protecção aos Índios

Grosso, mesmo e apesar das enormes dificuldades relacionadas com as disputas entre as facções oligárquicas nos Estados e a violência dos conflitos entre seringalistas, grileiros e tribos indígenas e até mesmo falta de verbas federais. Essa experiência vitoriosa nas Comissões lideradas pelo positivista Cândido Rondon e seu grupo chamaram a atenção do Governo federal e do presidente Afonso Pena¹⁸ em 1907 que o convidou para liderar um ambicioso projeto. Assim, ao mesmo tempo em que o Governo federal criava o mais ambicioso plano de integração da região Noroeste do país e a parte da Amazônia brasileira através de linhas telegráficas e estações, Rondon se engajava no projeto defendido a muito pelos seus “irmãos” positivistas em favor da preservação e inserção dos indígenas e sertanejos dispersos do interior numa futura ordem moderna e republicana. A criação da “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas” (1907-1915), também conhecida como “Missão Rondon”, nasceu em razão das disputas recentes com a Bolívia (Acre), a necessidade estratégica de guarnecer e se comunicar com território tão distante da capital federal e os conflitos sociais causados pela chegada de milhares de migrantes nordestinos na região atraídos pelo boom das exportações de borracha. Enfim, uma série de desafios os quais direta e indiretamente estavam relacionados com a questão indígena na região, problema esse até então ignorado pelas autoridades republicanas. Sobre a importância do que foi o projeto da *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas*, o próprio Coronel Rondon (naquela ocasião) assim o testemunhou no ano em que o concluiu (1915):

“Desta forma, a execução do grande empreendimento projetado e iniciado pelo Presidente [Afonso] Pena, dependeu da continuidade de esforços dos governos do Dr. Nilo Peçanha, do Marechal Hermes da Fonseca e do Dr. Wenceslau Braz, os quais a souberam manter à altura dos importantes interesses nacionais, tanto de ordem econômica como política e social, que estão ligados ao destino daquela obra¹⁹.” Rondon e seus homens de confiança, na maioria militares e alguns civis quase todos eles positivistas²⁰, sabiam que além da questão estratégica e militar posta pelo Governo central do Rio de Janeiro, viram na criação do Serviço de Proteção ao Índio a possibilidade de responder de forma racional e humana ao falso dilema posto na época entre o “exterminar ou aproveitar o elemento indígena”, especialmente nas regiões rurais conflagradas.

¹⁸Para Rondon o presidente Afonso Pena havia sido o grande responsável pelo início da obra de integração do Norte e Centro-oeste do país, nas palavras dele “o benemérito precursor da marcha para o Oeste”.

¹⁹ RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7, 9 de outubro de 1915 no Teatro Fênix do Rio de Janeiro e referentes a trabalhos executados sob sua chefia pela Expedição Científica Roosevelt-Rondon e pela Comissão Telegraphica*. Rio de Janeiro: Tup. do Jornal do Commercio, 1916 (p.128).

²⁰“Das providências, insistentemente reclamada por ele, nasceu (através dos esforços de Mário Barboza Carneiro, que, no momento, ocupava o posto de Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Agricultura), os Serviço de Proteção aos Índios, confiado por Nilo Peçanha e Rodolfo Miranda à energia de Cândido Mariano Rondon, que se cercou de um grupo de jovens, em sua quase totalidade, positivistas. Dentre estes se destacaram os irmãos Francisco, Nicolau e Luís Bueno Horta Barbosa, Manuel Rabello, Pedro Ribeiro Dantas, Vicente de Vasconcelos...” (grifo meu) LINS, I.- Ibid, p. 417.

Cândido Rondon ao negociar com o Ministro da Agricultura – ministério ao qual o S.P.I.L.T.N. estaria subordinado - a chefia desse futuro órgão indigenista, não abria mão de adotar novos parâmetros no trato com os povos tradicionais. A antiga ideia de “catequese” tão cara aos missionários católicos seria substituída pelo conceito de “proteção” como um dever do Estado brasileiro àqueles grupos humanos até então abandonados ou perseguidos pelo extermínio e invasão de suas terras tradicionais. Os recém-nomeados dirigentes da S.P.I.L.T.N. e seus apoiadores civis chegaram a investigar outros modelos de órgãos estatais do exterior que lidavam com os problemas das suas respectivas populações indígenas em seus países. Buscou nos estatutos do *Office of Indian Affairs* (O.I.A.)²¹ dos estadunidenses, porém acharam o modelo americano muito restritivo, além das grandes diferenças culturais entre os dois países. O modelo mexicano implantado pelo seu primeiro presidente de origem indígena, Benito Juárez, parece ter sido o que mais despertou interesse da equipe de Rondon ao se pensar quais seriam os novos estatutos da agência federal brasileira de proteção aos índios.

Início das atividades do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (S.P.I.L.T.N.), ação tutelar e a resistência do civilizado

Instituído em 1910 pelo Presidente Nilo Peçanha e organizado pelo então Tenente-Coronel Cândido Rondon que também seria o seu primeiro diretor, o SPILT²² estava subordinado ao recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1907, pouco antes do falecimento do Presidente Afonso Pena, o governo federal atendeu a uma antiga reivindicação da Sociedade Nacional de Agricultura., criando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o qual foi implantado durante a administração do Vice-presidente Nilo Peçanha (1909-1910), que assumiu a presidência logo após a morte do presidente Pena. Esta S.N.A seguia as das ideias dos chamados “agraristas” ou “ruralistas” que propunham uma regeneração da agricultura nacional para o país superar suas periódicas crises de abastecimento alimentar fazendo uso de métodos científicos no campo e no oferecimento do ensino agrícola e apoio governamental para o trabalhador do campo, fim de diversificar e aumentar a produção agropecuária no país. Representavam as oligarquias rurais com menos representatividade e poder frente aos poderosos interesses dos cafeicultores paulistas e seus aliados.

²¹Sobre o O.I.A. americano, uma das políticas mais controversas do Bureau of Indian Affairs foi a decisão do final do século 19 ao início do século 20 de educar as crianças nativas em internatos separados. Com uma ênfase na assimilação que os proibia de usar suas línguas, práticas e culturas indígenas, essas escolas educaram para a cultura europeu-americana de forma compulsória. Disponível em: < <https://catalog.archives.gov/id/10452219>> Acesso em: 08/04/2020.

²² Decreto n. 8.072, de 20/06/1910 – “Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento” - Relatório MAIC 1909-1910, Vol. II (pp. 41-48) Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960). Disponível em: < <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-282%2C-100%2C699%2C1904>>.



Figura nº 2. Resumo cartográfico das Comissões Telegráficas dirigidas por Rondon

Desta forma o SPILTIN foi pensado como parte do aparelho burocrático no Ministério da Agricultura²³, o qual seria composto por especialistas em suas respectivas áreas de atuação. O discurso cientificista de modernização e integração da sociedade nacional que vivia no campo e nos sertões mais distantes, acreditava que no órgão comandado por Rondon teria a possibilidade de apresentar as elites republicanas e aos centros capitalistas estrangeiros o resultado prático e imediato das suas principais ideias. Sobre esses objetivos do Serviço de Proteção o Ministro da Agricultura Rocha Miranda expôs:

“Trata-se de sistematizar a proteção aos índios e prescrever regras a localização dos trabalhadores nacionais, questões cuja importância decorre do próprio enunciado e que exigem dos poderes constituídos medidas conducentes a acautelar os altos interesses que elas representam, atenuando a influência duradoura de erros seculares, de prevenções tradicionais que agravam a infeliz condição dos nossos silvícolas e promovendo o renascimento de extensas porções do território nacional, esterilizados pelo abandono e completamente desertas²⁴.”

²⁴Relatório MAIC 1909-1910, Vol. II (pp. 42) – Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960). Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108/#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-282%2C-100%2C2699%2C1904>>.

²³Sobre esse assunto ler o capítulo II da tese de minha autoria (CARVALHO, M.A.M de. Nilo Peçanha e o Sistema Federal de Escolas de Aprendizizes Artífices (1909 a 1930). 2017. 304 f. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A catechese dos selvícolas continua a ser um assumpto divertidissimo, por mais que alguns cavalheiros bem intencionados queiram leval-o a sério.

Hontem fomos surprehendidos com este original despacho:

"Rosario Oéste, 27. — A grande tribu dos Cajabys, que habita a zona do Paranatinga, acha-se em contacto amistoso com o meu sobrinho, encarregado do barracão effectivo que resolvi este annô estabelecer no Rio Verde, facilitando o serviço de extracção da borracha. Para avaliar o perigo, basta que se saiba serem esses indios os mesmos que trucidaram Manoel Velho e atacaram já o meu barracão, uma expedição que mandei fazer ao Paranatinga e bem assim outra chefiado por Manoel Benedicto, do governo do Coronel Paes, tudo depois de terem permutado brindes. São insaciaveis, roubam tudo. Anteriormente entendi-me com o Sr. Humberto de Oliveira, encarregado do serviço de protecção aos indios, e este declarou-me ter recursos limitados para applicar unicamente aos indios mansos. Peço recursos para manter as relações encetadas a contragosto, para não ser depois perseguido pela justiça, pelo facto justo de meu pessoal defender o estabelecimento e as proprias vidas. Com o auxilio minimo de quatro contos mensacs, entregarei brevemente á civilização, centenas de indios, o que prefiro a repellil-os. Saudações. — Arthur de Campos Borges."

Como se vê, o endereço deste pittoresco telegramma veiu errado. O subscripto devia ser para o illustre Sr. Coronel Rondon, que naturalmente não terá difficuldade nenhuma em resolver sobre a pretensão do requerente.

Fonte: Jornal do Commercio Edição da Tarde (RJ) - Ano 1912, Ed. 0967.

Figura nº3. Artigo crítico ao SPILTN no Jornal do Comércio de 1912

Pela fala do ministro ficava claro que a "proteção fraterna" dos indígenas estava vinculada em tornar estes povos úteis para o país enquanto mão de obra incorporada ao total da força de trabalho no campo. Também a tentativa de conter os sertanejos no interior e com isso evitar o êxodo rural e o contínuo inchaço das grandes cidades do litoral. A diferença estava no método menos invasivo que Rondon e os positivistas do SPILTN propunham baseados em suas crenças as quais apoiavam uma política de boa convivência com os índios e do órgão criar as condições para eles "evoluiem" no seu ritmo em direção à forma moderna de sociedade. Esta diretriz proposta por Rondon durante toda a existência do SPILTN sempre entrou em choque com visões críticas que exigiam uma postura mais legalista e obrigatória de incorporação do indígena a classe trabalhadora no campo, mesmo à revelia da vontade dos próprios povos indígenas. Em artigo crítico sobre os métodos pacifistas adotados pelo SPILTN, O Jornal do Comércio da capital federal denunciava o mal uso das verbas do Serviço que estaria se concentrando

mais na assimilação dos "bugres mansos" do que nos "bravios". Também o jornal mostra uma carta endereçada ao jornal a opinião escrita de um seringalista que, apesar dos seus esforços em oferecer "presentes" e em não responder com violência aos ataques dos indígenas aos seus barracões e aos seus trabalhadores seringueiros, reclama da natureza insaciável pouco confiável daqueles índios e da incapacidade do SPILTN em resolver sua situação:

Sobre alguns dos eventos que contribuíram para a decisão do Governo federal de Nilo Peçanha e seu ministro da Agricultura em apoiarem a criação do Serviço de Proteção aos Índios, um dos principais foi o debate entre Rondon e o Apostolado positivista contra o cientista alemão (zoólogo) naturalizado brasileiro Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista. Este num encontro internacional (1904) havia publicado um panfleto no qual expunha algumas de suas teses de racismo científico onde questionava a coexistência de uma sociedade e economia ao estilo europeu como a paulista

com os primitivos povos indígenas (Kaingang) que ainda viviam no interior do Estado de São Paulo. Ao ser traduzido para o português, o panfleto causou controvérsia e foi usado por Rondon na sua campanha em defesa da criação de uma agência federal de proteção aos indígenas brasileiros:

“Os atuais Índios do Estado de S. Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos Índios civilizados, e, como os Caingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. A conversão dos Índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados, só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. É minha convicção de que é devido essencialmente a essas circunstâncias, que o Estado de S. Paulo é obrigado a introduzir milhares de imigrantes, pois que não se pode contar, de modo eficaz e seguro, com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige²⁵.” (grifo meu) Também denúncias de massacres do povo Botocudo no Estado de Santa Catarina por núcleos de colonos alemães e bugreiros contratados despertou certa indignação e sentimento nacionalista na opinião pública da capital federal.

A oposição a campanha de Rondon para a criação de um órgão laico e federal de proteção aos indígenas também sofria oposição que iam além do plano das ideias. Interesses comerciais de controle das vastas áreas de terras devolutas, oligarcas locais, seringalistas e a própria Igreja Católica se mostraram uma dura resistência antes e depois da criação do SPILT. Esta última em razão de ver no futuro serviço de proteção laico e federal e de inspiração positivista mais uma intromissão em um assunto que a Igreja tradicionalmente atuava e no qual sempre teve o monopólio e liberdade de ação, inclusive com eventuais aportes financeiros do Estado brasileiro para a catequese indígena. Finalmente, após a “pacificação” dos Kaingang em 1912²⁶ que resistiam a construção da Estrada de Ferro Noroeste em São Paulo, Rondon obteve o apoio decisivo na opinião pública da época e junto as esferas governamentais contra as teses “científico-raciais” de Hermann von Ihering e os que pensavam de modo semelhante a ele. O SPILT buscou superar a dicotomia “índio manso e amigo e índio bravo e inimigo” colocando-os na fase evolutiva “fetichista” da humanidade e que a sua natural adesão ou resistência à civilização moderna seria o efeito do tipo de ingerência do chamado “homem civilizado”. Assim na visão do indigenista a modernização do país estaria no rumo certo, sendo os nativos integrados a nação por meio de um órgão do Estado laicizado e liberto de concepções “teológicas” da Igreja ou sujeitos a uma violência reativa a margem da lei.

25 IHERING, Hermann von. Antropologia do estado de São Paulo”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, 1907, p.215.

26 “Ao longo dos três anos seguintes, diversas outras comunidades Kaingang se mudaram para os arredores, da área que a essa altura se tornou um “ponto de atração” plenamente estabelecido para o Serviço de Proteção aos Índios, com escola e clínica, e a construção da estrada de ferro foi terminada. A longo prazo, como veremos, essa se revelaria uma decisão desastrosa para os Kaingang, na medida em que Rondon acabaria sendo incapaz de proteger seu povo das incursões de cafeicultores e outros fazendeiros.” ROHTER, L. *Ibid.*, p.190.

- Justiça – não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda lhes restam e de que são legítimos Senhores;
- Brandura – constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos;
- Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda da nossa parte;
- Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos;
- Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos²⁷”

Fato é que nos anos subsequentes da criação do SPILT e sua atuação, já começavam a surgir os primeiros problemas administrativos e de sustentação financeira daquela divisão do Ministério da Agricultura, já que a manutenção daquele braço tutelar do Estado brasileiro no interior distante do país exigia razoáveis recursos financeiros e humanos. Exemplo disso era a organização dos vários indigenistas alocados em diversos pontos pelo interior com o objetivo de prestar serviços à população indígena dividida nas categorias de “nômades”, “índios arranchados ou aldeados”, “índios pertencentes a povoações indígenas” e “índios nos centros agrícolas ou vivendo promiscuamente com os civilizados²⁸.” O SPILT foi dividido em 13 Inspetorias nos Estados e os inspetores, na sua maioria oficiais do Exército de confiança do Coronel Rondon, eram peça chave para o bom funcionamento do órgão federal²⁹. Porém já em 1912 surgia a primeira grave crise SPILT. O então Ministro de Guerra do Governo Hermes da Fonseca ordenou que os militares emprestados e sob o comando do Coronel Rondon no Serviço de Proteção retornassem para os seus quartéis de origem. Sobre esse problema o Ministro da Agricultura Pedro de Toledo em seu relatório do ministério para o Presidente, assim relatou o acontecido:

A retirada dos inspetores militares trouxe, como era natural, uma perturbação grave. Os inspetores tinham travado relações com várias tribos mal reputadas[...] A situação seria incontestavelmente favorável se aqueles funcionários, num caso, se mantivessem no seu posto e, no outro, observassem rigorosamente a palavra dada [aos indígenas]; mas era grave e porventura gravíssima se se retirassem ou faltassem ao contratado. Os inspetores cumpriram apesar de tudo, o seu dever, obedecendo ao chamado e, portanto, suspendendo a conquista encetada. A quem conhece a índole dos nossos silvícolas é fácil compreender a confusão que lhes devia causar tão inesperado desfecho[...]

²⁷ LINS, I. - *Ibid*, p.537.

²⁸ RODRIGUES, F.S. “Marechal Rondon e a trajetória de um militar sertanista na Primeira República brasileira: investigação sobre a intervenção do Estado e o processo civilizador da população indígena.” *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, V.43, n.1, pp.122-134, jan.-abr.2017.

²⁹ “Aos inspetores cabe, portanto, a função de evitar esses encontros, protegendo, como requer o regulamento, a vida dos colonos, o território que ocupam, contra as incursões dos indígenas e, ao mesmo tempo, impedindo os morticínios praticados contra estes, a pretexto de represália ou por instinto de maldade”. Relatório MAIC 1911, Vol. I (pp. 55) – Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960). Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=282%2C-100%2C2699%2C1904>>. Acesso em: 01/06/2020.

Foi pois, considerável o abalo que recebeu o Serviço; mas, restabelecidos os trabalhos com a renomeação de novos inspetores, prosseguiu ele a sua obra, sofrendo apenas aquelas inevitáveis interrupções que a retirada dos militares determinara. Se por um lado, foi lamentável a campanha cujas consequências acabo de traçar ligeiramente, sob outro aspecto tornou-se vantajosa, por mostrar que havia no seio do povo pessoas dispostas a retomar a tarefa arriscada e penosíssima dos inspetores³⁰.” Esse primeiro grande desafio administrativo e político do Serviço de Proteção atestava as dificuldades que qualquer política pública de alcance nacional e baseada em diretrizes fixas de projeto e atuação teria para alcançar seus objetivos num ambiente onde teorias científicas de origem europeia eram constantemente reinterpretadas e adequadas aos interesses dos grupos dominantes na esfera política. Ainda sobre esse ocorrido, é interessante observarmos uma charge da revista *O Malho* onde fica evidente as resistências que havia contra o trabalho e objetivos do SPILTN:

Em 1911 novo regulamento³¹ atualizava o seu funcionamento criando duas seções em substituição (técnica e administrativa) a duas subdiretorias. As treze inspetorias iniciais foram substituídas por dez, mas mantendo-se nos mesmos Estados originalmente³². Além dos inspetores em cada uma, o número de ajudantes foi aumentado de dez para doze, sendo estes muitas vezes trabalhadores rurais sem formação. Estes foram distribuídos seis para o Amazonas e o então território do Acre, dois para o Pará, dois pra Goiás e dois para o antigo Estado do Mato Grosso. O próximo e desafiante passo era de regularizar juridicamente a situação do indígena brasileiro segundo os princípios republicanos e para isso foi proposto um projeto de lei. Este veio a confirmar-se no Código Civil de 1916 através da lei nº 3.071, 01/01/1916, parágrafo IV, Art.6º, que definia os indígenas como “incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer”. Mas foi somente no Decreto nº5.484, e 27/06/1928, que o Estado brasileiro passou a regular de forma mais completa a situação legal dos índios nascidos em território nacional. Estes seriam tutelados pelo governo federal onde o Serviço de Proteção aos Índios articularia as relações entre índios, Estado e sociedade nacional. O Estado brasileiro passaria a administrar terras e garantir a representação política e defender o modo de vida dos indígenas em todo o país. Antes disso, em 1918³³, as duas atribuições do SPILTN separavam-se: este passou a ser chamado Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.) e o serviço de localização dos trabalhadores nacionais passou para o Serviço de Povoamento do Solo Nacional. O SPI seguia uma ordem de intervenção no ambiente indígena que consistia num primeiro momento em atração e “pacificação”. Tendo sucesso, suas instalações – geralmente integradas com as criadas e mantidas pelas Comissões de Linhas Telegráficas – passavam a “civilizar”, i.e., assimilar gradativamente os grupos alcançados e, posteriormente, lutar junto aos Governos estaduais e federal para a regularização

da posse de terras desses indígenas, especialmente se estivessem em terras devolutas sob responsabilidade dos governos estaduais. O fato é que a atuação e as intervenções do SPI obtiveram muitas vezes resultados contraditórios em relação aos objetivos da instituição apesar de, sem dúvida, ter impedido muitas vezes um desfecho muito pior em termos humanitários para as populações tradicionais espalhadas pelo território nacional.

Se de um lado o SPI através de seus planos de ação e regulamentos se apresentava como guardião daqueles povos e se propunha a respeitar as terras e a cultura indígena; de outro, impunha a pedagogia nacionalista tão cara aos positivistas e técnicas de trabalho consideradas “modernas” para utilizarem em suas terras, mas que em última instância reprimiam suas práticas tradicionais de sobrevivência e alteravam o modo de vida e o sistema produtivo indígena. Segundo os pesquisadores João Paulo de Oliveira e Carlos A.R. Freire, o regime tutelar implementado pelo SPI, inspirado nos trabalhos da “Comissão Rondon” pecava por cair na chamada contradição básica deste tipo de regime tutelar: “O tutor existe para proteger o indígena da sociedade envolvente ou para defender os interesses mais amplos da sociedade juntos aos indígenas³⁴?”

De fato Rondon e a SPI sob seu comando tinham em mente uma “grande cerco de paz” sobre os povos indígenas, na tentativa de juntá-los para tentar conter o extermínio, morte por doenças infectocontagiosas, alcoolismo e trabalho escravo usando para isso as dependências e terrenos das instalações telegráficas, muitas vezes passando por cima de suas diferenças linguísticas e culturais e com isso esses grupos perdiam parte de suas características específicas tribais, mas tendo como único ganho muitas vezes o de manterem-se vivos frente a tantas ameaças que os rondava, principalmente nas áreas rurais disputadas por interesses econômicos. Sobre algumas dessas práticas perpetradas contra os indígenas em contato com as frentes de expansão agropecuárias e seringalistas daquele momento histórico, vale a pena citar o relato de Cândido Rondon de algumas destas práticas usadas para “limpar” os territórios a serem explorados pelos grupos comerciais ou oligarcas locais:

“Visitou-me [06/1908] um dos chefes políticos daquela vila [do Rosário], seringueiro abastado do Paranatinga. [...] Desenvolvendo a doutrina que adotava em relação aos indígenas, declarou-me o referido industrial julgar impossível “amansar aquele bichos”, não havendo outro meio a seguir senão a sua extinção completa, a exemplo do que fizeram os norte-americanos com os Pele Vermelhas [...] Outro abastado industrial dos seringais dos confluente e das cabeceiras do Arinos, no mesmo ponto de vista do primeiro [...] entre outros processos de extermínio, lembrava a colocação nas aldeias daqueles indígenas, de despojos de

³⁰Relatório MAIC 1912, Vol. I (pp. 42) – Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960). Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=282%2C-100%2C2699%2C1904>>. Acesso em: 20/06/2020.

³¹Decreto n. 9214, 16/12/1911.

³² Inspetorias: 1ª AM e AC, 2ª PA, 3ª MA, 4ª BA e MG, 5ª ES, 6ª SP, 7ª PR, 8ª SC e RS, 9ª GO e 10ª MT.

³³Lei nº 3.454, 06/01/1918.

³⁴OLIVEIRA, João P. de; FREIRE, Carlos A. de R. A presença indígena na Formação do Brasil. LACED/Museu Nacional, 2006 (p.115)



Figura nº4. Charge criticando o emprego de oficiais do Exército no SPILT e apoiando sua retirada pelo Ministro da Guerra de Hermes da Fonseca. Fonte: *O Malho* Ano X, Nº 0480, 1911

variolosos, como sendo mais eficaz e menos incômodo para acabar com a raça de semelhante gente³⁵.” O SPI estabeleceu relações que precisam ser compreendidas quando cruzamos as suas estratégias e resultados obtidos com o ambiente político-ideológico e o contexto das lutas sociais do seu tempo. De fato, ao examinarmos hoje alguns dos resultados percebemos que apesar daqueles altos ideais defendidos por homens e mulheres, vemos que muitos grupos indígenas simplesmente desapareceram ou foram assimilados como cidadãos de terceira classe. Porém, de outro lado, no Brasil de hoje restaram pelo menos mais de duzentos nações indígenas com toda sua riqueza cultural e linguística que neste início de século XXI correm um risco semelhante ou maior do que aquele enfrentado pelos seus antepassados. Na atualidade a FUNAI é a herdeira do legado do antigo SPI que foi extinto em 1967 para dar lugar a essa nova agência federal de proteção e promoção dos povos indígenas.

Mas parece que atual FUNAI³⁶ carece de um certo sentido e da força de objetivos maiores que sobrava entre os antigos positivistas, por mais críticas que hoje possamos fazer-lhes. Isso hoje se traduz na falta o respaldo político e na capacidade de influenciar poderosamente outras esferas do Estado brasileiro e a sua classe política dirigente no sentido de preservar, proteger e promover o indígena brasileiro e o seu ambiente, pois trata-se de uma diversidade e sistemas de conhecimento de valor incalculável e cruciais para o desenvolvimento social e econômico do nosso país.

³⁶Portal da Funai. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/>> Acesso 03/03/2020.

³⁷Relatório MAIC 1911, Vol. II (pp. 331 – Ministerial Reports: Agriculture (1860-1960). Disponível em:< <http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-282%2C-100%2C2699%2C1904>>. Acesso em: 01/06/2020.

Creio que as considerações abaixo do líder militar e sertanista Cândido Rondon sobre o desafio que enfrentava a respeito do dilema do indígena brasileiro do seu tempo, resumem bem o cerne do seu pensamento dando-lhe os principais parâmetros para as decisões que tomou quando assumiu a missão de chefiar o SPI e resgatar do extermínio iminente centenas de grupos indígenas na virada dos séculos XIX e XX e nas primeiras décadas deste. “Ninguém criara o problema indígena, ninguém o inventara. Ele se impunha em meio da nossa vida nacional. Era um elemento a aproveitar ou a destruir da nossa vida nacional. Ou seguiria com o progresso ou seria esmagado por este. Mas o progresso não é cego, antes se exerce por uma ação consciente formada pela evolução cultural da humanidade³⁷.”

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal de 1891*. Disponível interne < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.compilado.htm>.
- C.R.L. (Center for Research Libraries) – *Relatórios e documentos do Ministério da Agricultura (1860-1960), Mensagens Presidenciais ao Congresso*. Disponível na Internet: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/108#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-279%2C-97%2C2699%2C1904>>.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CARVALHO, M.A.M de. *Nilo Peçanha e o Sistema Federal de Escolas de Aprendizizes - Artífices (1909 a 1930)*. 2017. 304 f. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

- FERREIRA, A.L.; DANTAS, G.A.F., SIMONINI, Y. Cartografia do (De)Sertão do Brasil: notas sobre uma imagem em formação – séculos XIX e XX. *Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Vol. XVI, núm. 418 (69), 1 de noviembre de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-69.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- FONSECA, Pedro C.D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 2014.
- FUNAI -Portal-Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>> Acesso em: 03/04/2020.
- HOBBSAWM, E. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IHERING, Hermann von. Antropologia do estado de São Paulo”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, 1907, p.215.
- LACERDA, Gustavo B. de. Laicidade na I República Brasileira: Os Positivistas Ortodoxos. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 46, p. 119-154, jul./dez. 2015.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964.
- LYNCH, C.E.C. – O establishment republicano: notas sobre suas ideologias políticas in: CÔRTE, Andréa de T. *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no Centro da Federação*. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010.
- National Archives Catalog - *Department of the interior. Office of Indian Affairs. 1849- 9/17/1947*. Disponível em: < <https://catalog.archives.gov/id/10452219>> Acesso em 03/04/2020.
- OLIVEIRA, João P. de; FREIRE, Carlos A.R. *A presença indígena na formação do Brasil*. LACED/Museu Nacional, 2006.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. RODRIGUES, Cintia R. A construção da política indigenista na República brasileira a partir das ideias de Modernidade. In: *Tellus*, ano 11, n.21, pp.203-223, jul/dez.2011.
- RODRIGUES, F.S. “Marechal Rondon e a trajetória de um militar e indigenista brasileiro (1809-1920). brasileira: investigação sobre a intervenção do Estado e o processo civilizador da população indígena.” *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, V.43, n.1, pp.122-134, jan.-abr.2017.
- ROHTER, Larry. *Rondon, uma biografia*. 1ªed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências realizadas nos dias 5, 7, 9 de outubro de 1915 no Teatro Fênix do Rio de Janeiro e referentes a trabalhos executados sob sua chefia pela Expedição Científica Roosevelt-Rondon e pela Comissão Telegraphica*. Rio de Janeiro: Tup. do Jornal do Commercio, 1916.
- SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- VITA, Luís W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
